

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 1 2017

ARTIGO

A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS VASILHAMES CERÂMICOS DAS POPULAÇÕES SUBALTERNAS: O PAPEL ATUAL DA ARQUEOLOGIA

Rafael Borges Deminiciis*

RESUMO

O presente artigo pretende revisitar um tema talvez não suficientemente explorado pela Arqueologia Brasileira: a possibilidade de atualização da análise e classificação da cultura material que se convencionou denominar como "Cerâmica Neobrasileira". Ao longo das duas últimas décadas, arqueólogos e arqueólogas com novas perspectivas tentaram criar modelos de análise que dessem conta da formulação de modelos de classificação regionais. Contudo, cabe fazer um balanço sobre os conceitos utilizados pela Arqueologia Brasileira até a atualidade, em equiparação com aqueles utilizados por outros campos de conhecimento, e, por fim, compreender o papel da Arqueologia na produção de um discurso integrado no que tange os estudos sobre a história das populações subalternas do país.

Palavras-chave: Cerâmica Neobrasileira; mestiçagem; criouliização.

ABSTRACT

This article intends to revisit a topic may not sufficiently exploited by the Brazilian Archaeology: the possibility of updating the analysis and classification of material culture that so-called styling as "Neobrazilian Pottery". Over the last two decades, archaeologists with new perspectives tried to create models of analysis to give account regional classification models. But it becomes relevant to take stock of all the concepts used by Brazilian archaeology to the presente, in assimilation with those used by other fields of knowledge, and, finally, understanding the role of Archaeology in the production of an integrated speech concerning the studies on the history of subaltern populations of Brazil.

Keywords: Neobrazilian Pottery; Miscegenation/Hybridization; Blackening/Creolization.

* Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF-Darcy Ribeiro), Mestre em Arqueologia pelo MN/UFRJ. Atualmente servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (técnico do Setor de Arqueologia, Superintendência regional do Espírito Santo) e Doutorando em Arqueologia pelo MN/UFRJ. E-mail: rafael.deminiciis@gmail.com.

As gerações mais recentes de arqueólogos e arqueólogas têm ainda adotado o modelo de análise histórico-culturalista da “Cerâmica Neo-brasileira”, apenas adaptando uma ou outra observação pela ocorrência de elementos adicionais que saltam aos olhos em seu conjunto cerâmico histórico e que poderiam significar a existência de uma cultura regional. Nas duas últimas décadas, tendências de perspectiva processualista tentaram formular novos modelos de classificação regionais, mas, apesar de suas intenções e da repercussão de seus trabalhos, não se sobrepuseram ao modelo anterior. Nesse sentido, demonstrando insatisfação com o estado atual desse debate, o presente artigo pretende levantar questões que têm sido trabalhadas em outras ciências sociais, colocá-las em equiparação à trajetória dos conceitos formulados paralelamente pela Arqueologia e apontar possibilidades.

Primeiramente, propõe-se que nos aprofundemos um pouco mais sobre os conceitos que foram transversais à disciplina arqueológica: o conceito de *mestiçagem*, antigo nas tradições historiográficas brasileiras, que tem sua origem nos escritos dos naturalistas do século XIX, passou pela Antropologia Culturalista de Gilberto Freyre (1998 [1933]; 1940), pela Historiografia de Carl Degler (1976 [1944]) e Charles Boxer (1967; 2007 [1978]) no século XX e atualmente circula entorno da obra de Serge Gruzinski (2001; [1999] 2003); e sobre o conceito de *crioulização*, que trata apenas das questões culturais de matriz africana ou afro-americana, surgido na Historiografia estadunidense da década de 1970 com os escritos de Richard Price e Sid Mintz (2003 [1992]) – conceito que, nos últimos anos, começou a ser introduzido na Historiografia Brasileira, mas de forma incipiente ainda.

Adiante propõe-se a imersão no conceito de mestiçagem promovido pela Arqueologia Histórica no Brasil, com uma retrospectiva desde a concepção da categoria “Cerâmica Neo-brasileira”, erigida no período inicial da profissionalização da Arqueologia no país, até as críticas e tentativas de construção de novas possibilidades de análise, a partir de outros referenciais teórico-metodológicos, como as feitas pelos arqueólogos como Paulo Eduardo Zanettini (2005) e Luís Claudio Symanski (2006).

Por fim, entre as perspectivas apresentadas, propõe-se refletir sobre a construção de um caminho de análise que consiga tirar informações de conjuntos cerâmicos de contexto moderno (colonial ou pós-colonial) voltados à compreensão das identidades das *classes subalternas* em seu contexto, que observe as circunstâncias inseridas no jogo das agências e contingências sociais. Nesse sentido, importa verificar as possibilidades de manutenção de determinados elementos tradicionais de matrizes indígenas ou africanas; de recombinação interna de elementos de cada uma destas matrizes; da hibridização de elementos entre estas matrizes; e/ou da agregação de elementos europeus ou daqueles que foram informados pelo processo de exploração e sujeição das classes subalternas.

Trata-se de uma proposta que não pretende sublimar os processos de dominação, ao mesmo tempo que pretende entender a “resistência adaptativa” dos grupos subalternos (ALMEIDA, 2001:34), extraindo-se daí as identidades expressas na cultura material – sejam identidades de classe (que envolvam a manutenção de determinadas matrizes culturais ou não), de determinado contexto temporal e/ou de contexto regional/local.

Vale ressaltar que os estudos etnoarqueológicos desenvolvidos nos últimos anos fazem-se essenciais para uma virada na ciência arqueológica no sentido da descolonização e da multivocalidade, pois geram possibilidades de reconhecimento de expressões populares, indígenas ou africanas na cultura material abordada. Mas, apesar de compreender a grande relevância dessa tendência para os estudos com a cerâmica histórica regional, como os desenvolvidos por Daniella Magri Amaral (2012) e Patrícia

Marinho de Carvalho (2012), importa para o trabalho aqui apresentado¹ que, no processo de análise desses vestígios arqueológicos, aprofunde-se tanto mais no debate conceitual historiográfico (seja ele sincrônico ou diacrônico) como no levantamento de fontes históricas contextuais.

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E O CONCEITO DE *MESTIÇAGEM*

As ideias sobre a mestiçagem próprias do final do século XIX e início do século XX embasaram intenso debate intelectual, muito pelo fato de que os seus protagonistas estavam intimamente ligados ao debate racial. A mestiçagem, para uma parte destes intelectuais, era uma anomalia, uma degeneração, que havia permitido a manutenção das raças consideradas inferiores e, para outros, o avesso, era o “melhoramento” das raças consideradas inferiores, pois que haviam recebido a biologia/cultura dos povos brancos europeus.

Na primeira metade do século XX, entorno das obras de Gilberto Freyre, principalmente *Casa Grande e Senzala* (1933) e *O Mundo que o Português criou* (1940), consagrou-se a ideia de que a colonização foi caracterizada por elementos de natureza sintética e catalisadora, mas comandada por uma concepção hierarquizante do processo de colonização e da mestiçagem que estava em seu cerne, tendo o colonizador luso como o mais apto a ocupar o topo dessa hierarquia. O português foi desenhado como o colonizador historicamente preparado para a promoção de uma cultura híbrida nos trópicos, o harmonizador dos antagonismos oriundos da colonização, agente fundador, portanto, de uma “cultura luso-brasileira” – pois a política colonial portuguesa era qualificada por grande miscibilidade, mobilidade e aclimatabilidade acrescidas ao poder aglutinador do catolicismo. O elemento dessa cultura era a mestiçagem, não a sustentada por teorias racialistas do século XIX, mas sim a constitutiva de uma identidade nacional própria, de um processo positivo de formação de uma nova cultura.

Nesse sentido, esses estudos de Gilberto Freyre (para além da observação sobre as estruturas da cultura portuguesa, mesmo que consideradas como permeáveis, na construção da nacionalidade brasileira) pouco se dedicam a compreender as estruturas de culturas de outras matrizes, como as indígenas e africanas, relegando-as à miscelânea da identidade nacional.

Basicamente na mesma linha de Gilberto Freyre, o historiador estadunidense Carl Degler, principalmente a partir da obra *Nem Branco nem Negro: Relações Escravistas e Raciais no Brasil e nos Estados Unidos* (1976 [1944]), desenvolveu estudos comparativos entre a formação da sociedade brasileira e norte-americana, mostrando o quanto as leis e os costumes no Brasil poderiam ser considerados como mais amenos em relação à inserção dos escravos na vida social e suas possibilidades de ascensão. Nessa obra Carl Degler sustentou essa tese na perspectiva de que, até aquele momento, meados do século XX, a população negra havia sido apenas considerada pela Historiografia Estadunidense como problema, mas não como contribuidora para a formação de uma identidade nacional.

Entretanto, a visão de Degler (1976 [1944]) sobre o Brasil se fez com grande grau de idealização, chegando a afirmar que o racismo foi aparentemente ausente no país. Ao tratar, dentre diversos âmbitos da vida social, em especial da literatura produzida no Brasil e nos Estados Unidos no século XIX, Degler tentou mostrar o quanto eram exaltados, no Brasil, os autores negros e o quanto eram recriminados os dos Estados Unidos. Mas não chamou atenção do autor o fato de que, no Brasil, estes mesmos

¹ Texto produzido em meio ao curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGARq), do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).

escritores, quando não foram apenas pasteurizados na categoria de *mulatos* ou *pardos*, nem sequer foram lembrados por essas identidades pela memória oficial.

Na década de 1960, um historiador britânico que ganhou grande notoriedade no Brasil, Charles Boxer, promoveu estudos sobre as relações raciais e a inserção dos mestiços na sociedade colonial brasileira. Através de obras como *Relações Raciais no Império Colonial Português* (1967) e *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770* (2007 [1978]), o autor observou que as relações sociais travadas entre as populações de bases culturais diferentes (negros, índios, brancos e mestiços) deram-se a partir de diferenciações raciais muito bem demarcadas e hierarquizadas. Nessas obras Charles Boxer tentou demonstrar que a integração dos não-brancos, ou não-europeus, fez-se pelo seu enquadramento em espaços politicamente pré-determinados e inofensivos, sendo permitida a contribuição apenas em alguns âmbitos da vida social, que não fossem desestruturadores da ordem. Além disso, Boxer (1967, 2007 [1978]) expôs a hierarquização existente no enquadramento dos não-europeus no processo de colonização, muito mais discriminatória com as populações que tinham maior associação com a matriz africana e ameríndia do que com os mestiços.

Todavia, apesar de expor também que havia certa flexibilização das relações sociais entre as populações brancas e mestiças por trás dos rigores jurídicos coloniais até fins do século XVIII, Boxer mostrou que, ao ascenderem a papéis sociais de maior destaque, os mestiços foram prontamente limitados em sua progressão pelas classes de matriz europeia (como no caso da Igreja Católica, que estabeleceu a possibilidade de ascensão desses apenas ao clero secular). Argumento diferente do proferido, no século XVII, pelo padre André João Antônio Antonil nos escritos que ficaram consagrados pelo título de *Cultura e Opulência no Brasil* (e que, aliás, foi base conceitual para os argumentos de Carl Degler), em que afirmava ser o Brasil o “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas” (ANTONIL, 1997:90). Enfim, Boxer (1967) não negou o fenômeno da mestiçagem nas relações sociais do período colonial, mas tentou compreender como foi construída a figura da população mestiça em seus espaços de atuação.

Mais recentemente, o historiador Serge Gruzinski, que vem sendo sistematicamente utilizado pela Historiografia Brasileira, levantou a questão da mestiçagem por ouro viés, que não o da formação nacional ou da nacionalidade de um país em relação a outro (nem mesmo para a exclusividade brasileira, como sustentavam até o momento), mas de sua instituição como um fenômeno global. Através principalmente da obra *O Pensamento Mestiço* (2001 [1999]), Serge Gruzinski sustentou que a mestiçagem não se configura apenas como um objeto, um dado factual que necessite de verificação empírica extrema, mas sim como um fenômeno que foi inerente às colonizações europeias, que nem sempre funcionou como estratégia de controle e não teve uma trajetória linear. Argumentou ainda que o conceito de mestiçagem possui uma “dimensão caótica”, ou seja, constituído por processos que se encontram no campo das incertezas e das aleatoriedades, mas que tampouco são atemporais. O autor se dispôs a estudar a mestiçagem, ou as múltiplas mestiçagens, a partir também da complexidade das ideias não-europeias, buscando os referenciais ideológicos indígenas para repensar esse conceito e mesclá-lo ao de matriz europeia.

Em escrito posterior, *O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio* (2003), Gruzinski reforçou a perspectiva de que mestiçagem, apesar de ser um fenômeno mundial, não pode ser confundido com a projeção de uma História única da mestiçagem, mas a de que ela seria composta por histórias particulares, “histórias conectadas”.

Enfim, para ele a mestiçagem estaria ligada a fenômenos que se iniciaram no século XVI: a globalização e a ocidentalização. Nesse sentido, apontou ser metodologicamente importante compreender as articulações entre as mestiçagens locais, as “hibridações”, e os projetos de dominação colonial em escala mundial (dentre eles, o da Monarquia Católica como elemento referencial de alcance planetário). Por outro lado, apontou ainda que a mestiçagem seria um fenômeno de dimensão política, porque foi sobretudo fruto de articulações que visaram formar um estatuto aceitável tanto para aqueles que submeteram ou quanto para aqueles que sucumbiram ao projeto de ocidentalização.

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E O CONCEITO DE *CRIOULIZAÇÃO*

Na década de 1970, nos Estados Unidos, surgiu o conceito de *crioulização* inserido no debate sobre a história da formação de uma cultura própria das populações de matriz africana nos Estados Unidos no contexto das sociedades da *plantation*. Esse conceito foi fundado pelos historiadores Sid Mintz e Richard Price, a partir da obra *O nascimento da cultura afro-americana* (originalmente divulgada ao público em 1973, mas somente publicada em 1992).

Em um primeiro momento, a Historiografia estadunidense, com essa perspectiva, tentou se afirmar sobre o modelo de formação de uma cultura propriamente afro-americana, “de modo predominantemente sincrônico, baseando suas interpretações quase que exclusivamente no histórico oitocentista anterior à guerra [de secessão]” (PRICE, 2003:386).

Adiante a tendência principal foi a de aparecimento cada vez maior de pesquisas sobre o desenvolvimento da escravidão de forma desigual e variável conforme a região dos Estados Unidos. Eram estudos interessados na formação cultural própria de novas comunidades e, em paralelo, em busca de respostas sobre quanto homogêneas ou heterogêneas eram essas populações de matriz africana; que buscavam em que época essas comunidades começaram a se perceber e a agir como membros de novas comunidades; de que forma elas processaram a manutenção de determinadas expressões tradicionais africanas; e como as condições gerais da economia da *plantation* incentivaram ou inibiram estes processos.

Entre os expoentes dessa tendência estão os historiadores de viés mais africanista, como Michael Gomez, com sua obra *Exchanging our country marks* (1998), que trilharam o caminho da imersão no universo das identidades africanas e as respectivas rotas da diáspora, enfatizando sistematicamente a persistência de determinadas etnicidades africanas (quase essencializadas) entre as comunidades escravas de regiões bem situadas na América do Norte. A partir dessa base, Gomez tentou mostrar que os afro-americanos “engajavam-se mais em estilos de vida multiculturais do que sincréticos” (GOMEZ, 1998:10). Por fim, o autor sustentou que, no século XIX, os Estados Unidos passaram por intenso processo de transição da etnicidade ao racismo, como reação do Estado à posição afirmativa de sustentação das “marcas” tradicionais das comunidades afro-americanas.

Entretanto, mais recentemente, mais próximo do que pode ser considerado como “modelo de M&P”² (PRICE, 2003) do conceito de *crioulização*, uma outra tendência historiográfica se fez presente. Essa tendência produziu-se entorno da crítica principalmente do antropólogo David Scott ao esforço de se buscar “passados africano-americanos autênticos” (SCOTT, 1991:268), isto é, ao esforço de se procurar os fatos

² Dessa forma se referem vários autores ao modelo de análise proposto pelos historiadores Mintz & Price, inclusive, adotada como referência pelo próprio Richard Price.

reais sobre a história dessas comunidades. Para Scott (1991), o interesse deveria estar voltado à compreensão dos modos como os afro-americanos empregaram as ideias de *África* e da *escravidão* em suas narrativas, em seus cotidianos, nos diferentes contextos de desenvolvimento destas comunidades.

A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA E A *CERÂMICA NEO-BRASILEIRA*

Na década de 1960, montados sobre a perspectiva histórico-culturalista, arqueólogas e arqueólogos brasileiros da primeira geração profissionalizada (do grupo vinculado ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas/PRONAPA) formularam um modelo analítico-classificatório para o estudo da cultura material de grupos subalternos do contexto colonial e pós-colonial (mais especificamente dos vasilhames cerâmicos) denominado *Tradição Neo-brasileira* ou *Cerâmica Neo-brasileira*.

Segundo o arqueólogo Ondemar Ferreira Dias Jr., inicialmente esse conjunto da cultura material havia sido denominada como “cerâmica cabocla”, tendo sido re-designada como “cerâmica neo-brasileira” e, mais tarde, definida como tradição cultural (DIAS JR., 1988:3). Os elementos marcadores desse modelo seriam:

(a) Âmbito tecnológico

- Uso de pasta cerâmica com argila fina (com presença de mica) e temperos, geralmente finos (com algumas variações), compostos por quartzo quebrado ou moído, feldspato, hematita, carvão e, no caso da cerâmica amazônica, ossos, cascos de quelônios e cariapé triturados;
- Manufatura por técnica de anelamento³, com roletes ou em espiral finos (e modelamento, apenas em caso de peças pequenas, mas nunca por torno);
- Queima predominantemente redutora, deixando o aspecto das paredes e do núcleo da cerâmica com tons acinzentados e negros;
- Tratamento de superfície comum, alisada, e, se entendido como decoração, classificado como “polido estriado” (sendo raros os banhos de engobos, a vitrificação e a pintura);
- Encontram-se decorações plásticas, tipicamente indígenas, como o corrugado (em peças de pequenas dimensões), o unglado, o escovado (mais comum) e o polido estriado; decorações plásticas incisas (em hipótese de serem de origem africana), constituído por linhas simples ou paralelas, podendo combinar-se com o unglado e ponteados, formando desenhos, que ocupam geralmente apenas a parte superior dos respectivos vasilhames; decorações plásticas aplicadas e digitadas – como pequenos roletes aplicados na borda ou região sub-labial na cerâmica amazônica;
- Aplicação de reforços externos feitos com cilindros (como alças), próximos a borda, e perfurações (para suspensão por cordéis), e asas horizontais, constituídas por rolete de argila aplicado na face externa, podendo ter decoração digitada, ou até unglada digitunglada, serrunglada etc. A aplicação de “asas múltiplas”, é considerada como uma das principais características do conjunto da cerâmica neo-brasileira.

(b) Âmbito morfológico

- Formas simples, com pequena sinuosidade na área do pescoço e bordas retas, extrovertidas ou inclinadas para o exterior ou para o interior;

³ Termo utilizado por Dias Jr. nesse texto, mas que posteriormente convencionou-se designar como acordelamento.

- Conjunto formado por pratos e tigelas abertas são comuns, porém, as tigelas de fundo plano e de paredes inclinadas para o exterior (tipo alguidar) seriam marcadores da transição para a influência colonial.

(c) Associação com outros objetos

- No mesmo espaço dos sítios com a presença da cerâmica supracitada, há ocorrência de cachimbos cerâmicos (angulares, moldados ou modelados livremente e com decorações plásticas de cor escura), discos cerâmicos perfurados (utilizados provavelmente como pesos para rede de pesca) e tortuais de fuso;
- Artefatos líticos como lâminas de machado de tradição indígena e lascas de quartzo;
- Outros pertencentes à cultura material do ambiente colonial ou pós-colonial como objetos de ferro, vidros, louças, porcelanas e cerâmica torneada (denominada como “cerâmica colonial”).

Dias Jr. sustentou que esta cultura material seria indicativa de “aculturação entre elementos indígenas, europeus e africanos” (1988:11-12), identificando-se:

- A manutenção de elementos indígenas observados nas técnicas de confecção e decoração cerâmica; elementos de matriz europeia foram identificados, como a presença de asas e alças, em alguns casos, além do fundo plano e pedestal;
- O tratamento de superfície (o polido estriado comum) como de matriz indígena local, mas também pode ter outras matrizes;
- As formas, que podem ser encontradas nas tradições regionais indígenas, mas também podem ser de influência dos grupos de matriz africana – o mesmo seria provável para a decoração incisa, com padrões específicos.

Além disso, concluiu-se que a cerâmica neo-brasileira seria um produto de consumo local e familiar, sendo a base de constituição da cerâmica regional de territórios aproximadamente correspondentes a trechos dos atuais estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e outros. Dessa forma, o mesmo grupo de arqueólogos e arqueólogos do PRONAPA subdividiu o modelo em submodelos regionais (fases), sendo estas (SIMÕES, 1972):

- **Calundu** – típica do litoral norte e baixada fluminense, estado do Rio de Janeiro, do contexto do século XVII ao século XIX;
- **Parati** – típica do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, do contexto dos séculos XVII e XVIII;
- **Faxinal** – identificada entre os rios Piratini e Camaquã, no escudo cristalino a sudeste do estado do Rio Grande do Sul, do contexto do século XVIII ao final do século XIX;
- **Canguçu** – entre os rios Piratini e Camaquã, no escudo cristalino a sudeste do estado do Rio Grande do Sul, do contexto do século XIX ao início do século XX;
- **Missões** – entre os cursos médios dos rios Ijuí e Piratini, no estado do Rio Grande do Sul, do contexto entre os anos de 1682 e 1828;
- **Monjolo** – nordeste do estado do Rio Grande do Sul;
- **Lavrinha** – vale do rio Iguaçu, no estado do Paraná, do contexto do século XVIII;
- **Moenda** – faixa litorânea do estado do Espírito Santo, do contexto dos séculos XVII e XVIII.

Nas gerações seguintes de arqueólogos brasileiros (que iniciavam no Brasil a formação de um campo específico, a *Arqueologia Histórica*), surgiram algumas contrariedades em relação à aplicação do modelo *pronapiano* referido. Entretanto, apenas recentemente essas propostas divergentes se materializaram.

A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA E A CERÂMICA MAMELUCA

Um dos arqueólogos brasileiros a apontar um outro caminho foi Paulo Eduardo Zanettini, em sua tese *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da casa bandeirista* (2005). Baseando-se em intensa contextualização historiográfica regional, sobre o transcorrer dos séculos XVII e XVIII no planalto paulista, o autor analisou a cultura material de alguns sítios arqueológicos do contexto das Casas Bandeiristas e sítios encontrados na atual Região Metropolitana de São Paulo. Dentre os materiais arqueológicos analisados, Zanettini (2005) deu atenção especial ao que ele denominou como “louças de barro”, denominada também como “cerâmica de produção regional/local”.

Nesse trabalho, Zanettini apontou ser importante a aplicação da *teoria da rede* para a compreensão da cultura material colonial (sustentada pelo arqueólogo pós-processualista estadunidense Charles Orser Jr⁴) – abordagem que levou em conta a agência dos envolvidos no sistema eurocêntrico, colonialista e capitalista, para criação de elos sociais complexos e multidimensionais. Todavia, o autor argumentou ser ainda inviável promover a análise de sua coleção arqueológica com essa perspectiva, dedicando maior esforço em sua tese à análise processual inicial, para, a partir daí, conseguir remontar um contexto de abrangência regional. Nesse sentido, sustentou ser possível reforçar a tese da historiadora Ilana Blaj⁵, de que, no contexto dos séculos XVII e XVIII, o projeto mercantil colonial estava em plena operação nessa região, em contraste com outras teses que argumentam que, nesse contexto, a região vivia ainda sob estruturas coloniais incipientes.

No primeiro bloco deste trabalho, o autor se dedicou à análise do espaço interno da arquitetura das casas bandeiristas, cruzando dados históricos e dados sobre os vestígios arqueológicos estruturais provenientes das escavações dos sítios elencados. Com essa análise, reafirmou a tese de que “há claras implicações do ponto de vista analítico, que advogam a favor da hipótese do dinamismo da sociedade mameluca no período de estudo” (ZANETTINI, 2005:154) e de que essas casas atuam como facilitadoras “de processos de transculturação e formação de identidades em jogo” (ZANETTINI, 2005:160). Zanettini mostrou que, ao mesmo tempo que esses “castelos de barro” possuíam arquitetura composta por estratégias voltadas à defesa (postos avançados para o desenvolvimento colonial em seu estágio inicial), as referidas edificações eram constituídas por: áreas fronteiriças, exclusivas da ocupação do senhorio, com grande dinamismo interno, através de registros das diversas mudanças de lugar de divisórias e paredes internas, o que seria sinal da adoção de formas pouco monolíticas de configuração familiar; pela presença relevante de um cômodo central como o principal espaço de convivência e no qual havia grande agência indígena, pois era percebido pelos indivíduos dessa matriz como metáfora do pátio central da aldeia nativa; e pelos espaços de serviço, principalmente a cozinha, localizada no espaço traseiro e externo à edificação, com características próprias da identidade indígena.

No segundo bloco de seu trabalho, Zanettini (2005) dedicou-se à sistematização do conjunto da “tralha doméstica” encontrada nas escavações arqueológicas dos sítios e

⁴ Obra referida por Zanettini (2005): Orser Jr, 1999.

⁵ Obra citada por Zanettini (2005): Blaj, 1995.

a comparação entre as coleções pertencentes aos diferentes sítios, no intuito de sustentar o debate sobre as redes de produção e distribuição desses artefatos. O autor se debruçou principalmente sobre o conjunto da “cerâmica de produção local/regional” (parcela mais significativa das coleções), isolando e hierarquizando os atributos mais úteis para a compreensão dos aspectos ligados a: produção, dispersão, distribuição, comercialização e consumo desse tipo de artefato (ZANETTINI, 2005:154).

A princípio, Zanettini (2005) estabeleceu a classificação simples dos artefatos (de três coleções mais significativas, do acervo da Casado Tatuapé, do sítio Morrinhos e do sítio do Capão) por suas funções gerais, verificando que o conjunto da “cerâmica de produção local/regional” estava vinculado à esfera alimentar, de preparo, estocagem e consumo. Nesse conjunto, chamou a atenção o fato de que a cerâmica da coleção do sítio Morrinhos poderia ser caracterizada como integrante de um outro tipo, de produção local/regional: “(um correlato da ‘tradição mestiça’), podendo ser comparada à louça crioula, descrita por Therrien para o contexto colonial da Nova Granada (Therrien, *et alli*, 2002)” (ZANETTINI, 2005:214).

No momento seguinte, Zanettini (2005) dispôs de uma gama de metodologias para a análise dos conjuntos cerâmicos contidos nas três coleções supracitadas. O objetivo foi o de alcançar informações sobre a cerâmica de produção local/regional que levantassem questões sobre a aquisição da matéria-prima, consumo, circulação, produção e reusos, informações sobre a decoração, função e o *design* e os cruzamentos possíveis entre elas (informações que auxiliassem na tentativa de reconstituição do cenário econômico e social próprio das populações subalternas da região envolvida e no referido contexto).

Além desses, Zanettini (2005) decidiu ampliar a sua mostra abrangendo a análise do material de mais 12 sítios arqueológicos do contexto de casas bandeiristas da região, datados entre os séculos XVII e XVIII.

Como resultado da aplicação dessas metodologias para a análise da cerâmica de produção local/regional de todos os sítios referidos, o autor concluiu finalmente a existência de quatro contextos diferentes (os três primeiros mais enquadrados no período entre os séculos XVII e XVIII e o último na passagem do século XVIII para o XIX):

- (a) **Unidade produtora (olaria)** – produção familiar voltada à venda ou troca no mercado, com a permanência de técnicas de produção e queima tradicionais, mas com a produção de formas novas (em grande variabilidade), diferentes do arcabouço de origem indígena ou africana (em alguns casos miméticas às da cultura material de origem europeia); e produção de grande variedade de decorações, provavelmente para o agrado de variados gostos daqueles que seriam os consumidores e usuários desses materiais, utilizando do *design* decorativo tradicional ou decorando, em casos de clara releitura de elementos de matriz europeia a partir do domínio de técnicas plásticas conhecidas pelos índios guarani, por exemplo;
- (b) **Unidade consumidora** – contexto advindo de lixeira, informações sobre o processo de produção (principalmente aquisição de matéria-prima) bastante variadas e grande variabilidade do repertório de formas e decorações;
- (c) **Unidade produtora/consumidora** – produção para uso doméstico, maior adaptação a necessidades específicas de uso e consumo, grande variabilidade de formas e decorações (em menor escala que no contexto 1), em contexto de proximidade em relação à casa-sede;
- (d) **Unidade consumidora em maior escala**, de grande diversidade de outros produtos europeus (efeito da chegada da família real e abertura dos portos), e

produtora/consumidora em pequena escala de artefatos cerâmicos – com técnicas de produção mais padronizadas, desaparecimento de decorações tradicionais como o corrugado e técnicas associadas, permanência apenas de decorações incisas, formas com pouca variabilidade e restritas à esfera de transporte e armazenamento, e ocorrência de exemplares produzidos em torno.

Finalmente, com essas conclusões, que ajudam a sofisticar o cenário do que seria a “sociedade mameluca e seus costumes”, Zanettini ratifica a sua tese de que São Paulo, no período entre os séculos XVII e XVIII, era o palco de agência entre os diversos grupos com seus respectivos referenciais culturais, colocados, nesse momento, em negociação frente ao desenvolvimento colonial, formando uma “genuína aldeia global” em prol do projeto mercantil (ZANETTINI, 2005:334-335).

A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA E A *CERÂMICA CRIOLA*

Nas últimas décadas, arqueólogos dedicados ao estudo de sítios de contexto de interação multicultural (principalmente os de forte presença de população de matriz africana, sobretudo nos espaços da plantation) chegaram a uma crescente percepção de que as identidades expressadas/produzidas nesses espaços emergiram como resultado das negociações entre a agência local e as estruturas coloniais. Esses arqueólogos passaram a buscar modelos que pudessem explicar a emergência de novas configurações culturais envolvendo, por um lado, a permanência de identidades (ou etnicidades) de matriz africana e, por outro, a recepção de novas influências vinda de populações de matriz europeia ou indígena (SYMANSKI & GOMES, 2012:60).

Nesse caminho, estudos como de Luís Claudio Symanski, principalmente a partir de sua tese *Slaves and Planters in Western Brazil: material culture, identity and power* (2006), que foi sintetizada e demonstrada em uma série de artigos publicados nos últimos anos, propuseram a aplicação de modelo correlato ao de *crioulização*. No referido trabalho, Symanski (2006) levantou uma série de informações historiográficas de contexto local/regional para contextualizar inicialmente os sítios arqueológicos que são objeto de seu estudo, situados na região da Chapada dos Guimarães, no estado do Mato Grosso. Com isso, os sítios foram associados a três engenhos de açúcar e um pequeno quilombo ocupado entre o final do século XVIII ao final do século XX. Ainda no exercício de contextualizar o sítio, demonstrou que a exploração do ouro foi o principal fator de avanço da colonização sobre a região no século XVIII, mas, ao final desse século, as minas encontravam-se já exauridas e, em novo ciclo econômico, surgiram fazendas de produção de açúcar, para onde os escravos viventes nessa região foram realocados. Essas fazendas foram os eixos de formação de uma sociedade extremamente estratificada – composta pela classe dos senhores de engenho e suas famílias, por estratos médios de trabalhadores livres, feitores, agregados e camaradas e por estratos baixos de escravos (sujeitos a severas punições e agentes de resistência na formação de quilombos) – que se manteve até o final do século XIX.

Symanski (2006) contextualizou também os sítios trabalhados por ele, com base em fontes historiográficas constituídas pela informação sobre as regiões africanas de origem dos escravizados que chegaram aos engenhos de Chapada dos Guimarães entre 1790-1869, acompanhando os estudos mais recentes que traçam os trajetos da Diáspora Africana para as Américas. Essas informações mostraram que, no primeiro momento, os escravos trazidos à região eram em maior proporção oriundos da *África Central*, de nações como Angola, Cabinda, Cassange, Congo, Loango, Manuama, Mazumbo, Mobundo, Monjolo, Quissama, Rebolo, Songo, Sunde e, principalmente, Benguela; e, ao final deste período, da *África Oriental*, de nações como Baca, Macumbe, Missena, Mujaca, Nhambanda, Quilungi, Pambá e, principalmente, Moçambique. Em ambos

períodos, mas em menor escala, vieram nativos da *África Ocidental*: de Benin, Cabo Verde, Gege, Hausa (Aussá), Mina, Nagô, Sobo e Tapa; bem como de Chiburigo, Chumbo, Mampua e Mapamgange. Além disso, em ambos períodos, os oriundos de Benguela representaram o contingente mais expressivo entre todos os africanos que chegaram ao país. As informações levantadas mostraram ainda que, ao longo do tempo, apesar da mudança sobre as principais regiões africanas origem dos trazidos à região, houve aumento na diversidade dessas origens.

Adiante, Symanski (2006) mostrou, através de dados quantitativos, que a cerâmica decorada teve importância especial para os grupos escravos da Chapada dos Guimarães, principalmente os africanos, pois os grupos reproduziram, com base nesse material, os símbolos da cosmologia típica da África subsaariana. Para sistematizar um pouco mais a análise dos diferentes conjuntos destes vasilhames cerâmicos de produção local e poder correlacionar com as informações sobre as origens africanas e os processos de mudança supracitados, os conjuntos cerâmicos envolvidos foram ordenados entre si de acordo com as datas médias conseguidas na análise de todo o conjunto da cultura material revelada em cada um dos sítios arqueológicos escavados (itens industrializados, principalmente as louças, vidros e moedas, que apresentam dados sobre os intervalos de produção).

A partir dessa ordenação, Symanski (2006) identificou que havia uma variação na frequência dos vasilhames cerâmicos decorados através do tempo: nos contextos com datas médias anteriores a 1862, os fragmentos decorados representaram entre 20% e 38% das amostras; nos contextos a partir de 1862, apresentaram uma queda gradual na frequência desses fragmentos, chegando a apenas 10% da amostra oitocentista mais tardia (data média de 1894). Identificou-se, ainda, que, nos contextos iniciais, por volta das datas médias de 1797 e 1836, as decorações dos vasilhames cerâmicos circulavam, predominantemente, entorno de motivos geométricos incisos, aplicados na porção superior dos vasilhames, nas formas de diamantes e ziguezagues, ocorrendo também ondulações. Muitos desses vasilhames apresentaram os roletes expostos na porção superior do bojo, com os padrões decorativos incisos feitos sobre esses roletes. Há ainda, entre as decorações encontradas, a pintada em vermelho, a plástica do tipo corrugado, além de raros exemplares com ponteados, digitados ou ungulados. Em contextos posteriores a 1836, os vasilhames com roletes expostos superpostos e com incisões caíram drasticamente de frequência, o mesmo ocorrendo com os vasilhames pintados em vermelho. Os motivos incisos na forma de ziguezagues, diamantes e ondulações ainda eram bastante frequentes, mas houve incidência de grande diversidade de novos motivos decorativos, novas técnicas de decoração (que incluem o estampado, o impresso com tecidos e o impresso em círculos), e tornaram-se comuns os usos combinados de diferentes técnicas de decoração na mesma peça.

Ainda, a partir dessa periodização com base nas informações arqueológicas em cotejamento com as informações historiográficas, Symanski (2006) destacou que:

- Nos contextos com datas médias posteriores a 1836, o aumento do aparecimento de novas decorações e da sua variabilidade pode ser correspondente à maior diversificação das regiões de origem daqueles grupos de africanos escravizados que chegavam à região;
- A queda na frequência dos vasilhames com pintura e engobo vermelho, após as datas médias de posteriores a 1825, e naqueles com roletes visíveis adicionados de incisões, posteriores a 1836, pode ter correlação com o declínio da população dos escravos de Mina e Benguela;

- Os motivos decorativos que os ovimbundus empregam, ainda hoje, na cerâmica, em ornamentos como braceletes e em escarificações, e que são muito similares aos motivos incisos presentes nas cerâmicas dos contextos com datação média entre 1797 e 1850; e, sendo a cultura dos ovimbundus bastante presente na região de Benguela, que por sua vez era a região de origem da maior parte do contingente dos africanos chegados à região da Chapada, representariam a expressão factual da identidade de grupos ovimbundu – decoração que, aliás, entrou em declínio em contextos posteriores a 1850, o que pode ter correlação com o declínio da população de escravos oriundos de Mina e Benguela;
- A recorrência de um aplique circular, com diâmetro médio de 2 centímetros, contendo, em seu interior, uma incisão em forma de cruz ou de asterisco – correspondente a um “cosmograma bakongo” (considerando que grupos de identidade bakongo ocupam a parte sul da atual República Democrática do Congo e o norte de Angola), que carregaria a ideia de que a cruz dentro do círculo simboliza a jornada diária do sol em volta do mundo dos vivos e do mundo dos mortos, e a água, representada pela linha horizontal, divide esses dois mundos, ou seja, o círculo representaria a noção de que a vida não tem fim, constituindo um ciclo (SYMANSKI, 2010:303) – pode ter correlação com o crescimento do contingente de escravos originários do Congo, os quais se tornam o grupo africano majoritário entre 1850 e 1869, bem como de grupos do norte da *África Central* (Cabinda, Loango, Manuana, Mazumbo, Monjolo e Sunde, também bastante expressivos em conjunto neste contexto).

Por fim, nos contextos mais próximos do final do século XIX, Symanski (2006) identificou a permanência apenas dos incisos com ziguezagues, fazendo-se correlação com a expressão predominante própria das populações afro-brasileira (ou crioulizadas). A partir dessas análises, sustentou a tese de que o processo de diversificação de elementos da cultura material das populações de matriz africana (principalmente as decorações plásticas presentes nos vasilhames cerâmicos) nos primeiros períodos de ocupação do espaço tem correlação direta com o processo de mudança na composição dos grupos de escravizados em relação à região de proveniência da África e que o processo de homogeneização cultural, ou *crioulização*, deu-se mais pelas escolhas das gerações brasileiras, que sustentaram apenas alguns traços tradicionais, do que pelo processo de trocas culturais entre indivíduos de diferentes regiões africanas.

CERÂMICA DAS CLASSES SUBALTERNAS NA HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL E PÓS-COLONIAL: NEO-BRASILEIRA, CABOCLA OU CRIOULA?

“Convém, em primeiro lugar, expor para compreender, sem procurar construir tipologias”. (LAPLANTINE & NOUSS, 2002: 10).

Podemos tomar o argumento presente nessa citação, proferido por dois historiadores franceses correspondentes com as ideias de Serge Grusinski, como central na reflexão sobre as trajetórias das três tendências arqueológicas brasileiras referidas, que têm como objeto a cultura material própria das populações subalternas do Brasil colonial e pós-colonial. Pretende-se mostrar aqui que, em última instância, a maior dificuldade enfrentada por essas tendências, na inserção da Arqueologia em meio ao debate atualizado promovido pelas demais ciências sociais, oferecendo contribuições originais e efetivas, tem sido justamente a relação quase sempre indutiva dos resultados de suas análises a partir da cultura material em relação a modelos classificatórios ou conceituais preestabelecidos. Por outro lado, verifica-se que os maiores avanços

justamente emergiram da relativização desses modelos e o uso de métodos mais dedutivos para a análise dos dados selecionados.

Verifica-se que, apesar dos avanços analíticos de uma perspectiva inicial que levou em conta a contribuição das populações indígenas e africanas para a formação da identidade brasileira, a Arqueologia ficou mais de três décadas presa no modelo classificatório da *tradição neo-brasileira*, uma vez que, em vez de estimular o reconhecimento das identidades indígenas no processo colonial e pós-colonial (certamente múltiplas, pois inúmeras eram as etnias predecessoras ao processo colonial, e certamente próprias foram as estratégias regionais de recriação das identidades ao longo dos anos, pois inúmeras foram as desconfigurações ou reconfigurações destas sociedades), as análises de novos conjuntos artefatuais associados ao modelo e de novos conjuntos regionais (fases) apenas aperfeiçoavam o modelo ou geraram mais uma variação deste.

A propósito, como o modelo da *tradição neo-brasileira* foi erigido sob o paradigma da aculturação, ou seja, em grande parte sobre a negação de modelos idealizados para contextos anteriores à colonização (modelos que também estão, ou devem estar, em constante processo de reavaliação), o peso exercido pelas ausências não permitiu que se enxergassem resistências ou que se observassem identidades contextuais. Por esse motivo, a constatação de um padrão geral para esse conjunto da cultura material do contexto colonial e pós-colonial, calcado nas ausências, terminou por induzir a existência de um cenário de relações sociais homogêneas para os grupos subalternos; e não dialogou com as forças do projeto colonial, sendo essas responsáveis por determinados níveis de homogeneização.

Nesse sentido, o mais interessante não seria descartar os resultados analíticos obtidos por essa tendência arqueológica, mas sim tentar resignificá-los e reenquadrá-los sob o conceito da *mestiçagem* sustentado pelo historiador Serge Gruzinski (2001; [1999] 2003). Esse exercício nos levaria a reavaliar as categorias regionais em seus contextos específicos e reintroduzir a categoria “neo-brasileira” em um intenso diálogo com o projeto colonizador e ocidentalizante – o que deve ser desenvolvido, obviamente, com forte aporte de dados historiográficos contextuais desde o nível local ao internacional.

A tendência encampada pelo arqueólogo Paulo Eduardo Zanettini (2005), em grande medida, seguiu positivamente uma proposta de reavaliação da categoria neo-brasileira para as cerâmicas históricas, tendo estabelecido uma técnica de análise de grande fôlego, composta pela abertura de um enorme número de elementos ou atributos observáveis na cultura material e extenso debate com as fontes historiográficas disponíveis, para o alcance de um modelo local/regional. Entretanto, o modelo “mameluco paulista” de Zanettini (2005) parecia já estar pronto antes mesmo de todo o exercício e bastou se cercar de grande quantidade de dados para que ele se fizesse crível. Duas grandes lacunas podem ser percebidas em seus resultados: ao tempo que as populações de matriz indígena ganham protagonismo e agência, as populações de matriz africana são completamente invisibilizadas, provavelmente por não estarem no *script* do modelo local/regional que estava sendo edificado; ao dedicar-se exaustivamente à região dos arredores de São Paulo de Piratininga do contexto do século XVII ao XVIII e, ainda, ao não dialogar com o panorama mais global da colonização (como o próprio autor assume não buscar), Zanettini (2005) pode ter incorrido em ter idealizado um modelo que não possui características exclusivas desse local/região e contexto temporal em questão ou ter agregado elementos que ele considerou como exclusivos desse local/região e período, mas não o eram em realidade. Nesse sentido, a ampliação do debate a um âmbito mais global talvez auxiliaria na

reavaliação do modelo constituído por Zanettini (2005) e essa metodologia poderia servir de referência para a avaliação de outros modelos de diferentes locais/regiões e períodos.

Divergente ao que tem sustentado a grande maioria dos trabalhos da historiografia brasileira baseados no conceito da mestiçagem para a interpretação do passado das populações de matriz africana e indígena do país, a pesquisa de Luís Cláudio Symanski (2006) sustentou diligentemente o conceito da *crioulização* (gestado e aderido muito mais pela historiografia estadunidense). As técnicas de análise de Symanski (2006) são bastante similares às de Zanettini (2005), analisando os sítios arqueológicos de uma região bem referenciada em fontes historiográficas, no caso a da Chapada dos Guimarães-MT, no contexto entre os séculos XVIII e XIX. Entretanto, identificam-se dois problemas decorrentes do método e dos resultados obtidos nesse trabalho (cada qual parecido com os resultados das duas tendências arqueológicas anteriormente referidas): para a sustentação do conceito de *crioulização*, Symanski (2006) se baseou no levantamento de referenciais genéricos e identidades africanas originais (quase essencializadas), viciando a perspectiva de formação das novas identidades compartilhadas entre as populações africanas no território brasileiro e da formação das identidades afro-brasileiras com a marca da ausência e esvaziando de significado o modelo local/regional que se queira alcançar; e, ao colocar a população de matriz africana como protagonista desse modelo, mesmo antes de iniciar suas análises, as populações de matriz indígena acabam completamente invisibilizadas em seu estudo. Portanto, talvez caberia a reintrodução do estudo de Symanski (2006) em uma perspectiva de alívio do modo de adoção do conceito de *crioulização*, tal como defendiam os fundadores do *modelo M&P*, fazendo o esforço de compreender os passados africano-brasileiros ou africano-americanos autênticos, observando como esses grupos se relacionaram com a ideia de “África” e da “escravidão” em suas narrativas ou nas narrativas de outrem sobre elas, podendo, assim, compreender a formação das identidades e agências regionais presentes na cultura material, frente ao projeto de colonização e ocidentalização.

Por fim, se conjugados, os estudos de Zanettini e Symanski apresentados nesse artigo levantam a dialética necessária e que talvez seja uma das grandes contribuições que a Arqueologia Histórica do Brasil pode oferecer às ciências sociais sul-americanas: a avaliação constante da adoção dos conceitos de *mestiçagem* e *crioulização* para a não consagração de modelos totalizantes. Para o Brasil, o trabalho de Symanski pode mostrar o quanto é possível abandonar a ideia de que os grupos subalternos brasileiros, *crioulizados*, haviam se engajado mais em estilos de vida sincréticos que multiculturais (o avesso do que se tem sustentado para a história da formação dos grupos afro-americanos), pois que, muitas vezes, a agência na formação de novas identidades se fez também com bases tradicionais. Com essa perspectiva, a propósito, se pode debater fatores que entraram em conflito com os projetos colonial e pós-colonial e que fizeram com que esses projetos se colocassem em posição ofensiva. E a pesquisa de Zanettini pode provar o quanto, com o conceito de mestiçagem, se pode compreender agências de longa duração, de vivências cotidianas e sincrônicas, de determinados domínios locais/regionais (principalmente na análise da ocupação de determinados espaços dentro ou junto às edificações históricas) – alimentando a proposta de que o sistema global (colonial ou imperial) promoveu adaptações em seu modo de atuação a partir de determinadas agências de grupos subalternos locais/regionais.

AGRADECIMENTOS

À Denise Maria Cavalcante Gomes pelo compartilhamento de maravilhosas reflexões sobre os temas aqui abordados e pelo incentivo à publicação desse artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. R. C. de. 2001 *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- AMARAL, D. M. 2012 *Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana*. Dissertação de Mestrado, Arqueologia, MAE-USP.
- ANTONIL, A. J. 1997 *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- BLAJ, I. 1995 *A Trama das Tensões: o progresso de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. Tese de Doutorado, História, FFLCH-USP.
- BOXER, C. R. 2007 [1978] *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOXER, C. R. 1967 *Relações raciais no império colonial português (1415-1825)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- CARVALHO, P. M. de. 2012 *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. Dissertação de Mestrado, Arqueologia, MAE-USP.
- DEGLER, C. N. 1976 [1944] *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA*. Rio de Janeiro: Labor.
- DIAS JR. O. F. 1988 *A Cerâmica Neobrasileira*. Arquivo IAB, Textos Avulsos 01. Rio de Janeiro: IAB.
- FREYRE, G. 1940 *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FREYRE, G. 1998 [1933] *Casa-Grande & Senzala*. Editora Record: Rio de Janeiro.
- GOMEZ, M. A. 1998 *Exchanging our country marks: the transformation of African identities in the colonial and Antebellum South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- GRUZINSKI, S. 2003 O historiador, o macaco e a centauro: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA/USP, 7(49):321-342.
- GRUZINSKI, S. 2001 [1999] *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAPLANTINE, F; NOUSS, A. 2002 *A Mestiçagem*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MINTZ, S.; PRICE, R. 2003 [1992] *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas-UCAM.
- ORSER JR, C. E. 1999 A Teoria de Rede e a Arqueologia da História Moderna. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Anais*. São Paulo. MAE-USP, 87-101.
- PRICE, R. 2003 O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiático*. Rio de Janeiro: UCAM, 25(3):383-419.
- SCOTT, D. 1991. That event, this memory: notes on the Anthropology of African diasporas in the new world. *Diaspora*, 1(3):261-284.
- SIMÕES, M. F. 1972 Índice das Fases Arqueológicas Brasileira (1950-1971). *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 18 (75).
- SYMANSKI, L. C. P. 2006 *Slaves and Planters in Western Brazil: material culture, identity and power*. Tese de Doutorado, Filosofia, Universidade da Flórida.
- SYMANSKI, L. C. P. 2010 Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos, 14(3):294-310.
- SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, D. M. C. 2012 Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 20(2):53-90.

- THERRIEN, M.; UPRIMNY, E.; GUERRERO, J.L.; SALAMANCA, M.F.; GAITÁN, F.; FANDIÑO, M. *Catálogo de cerámica colonial y republicana de la Nueva Granada: Producción local y materiales foráneos* (Costa Caribe, Altiplano Cundiboyacense-Colombia). Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, Bogotá: Bando de la República Bogotá, 2002.
- ZANETTINI, P. E.. 2005 *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da Casa Bandeirista*. Tese de Doutorado, História, MAE-USP.